

# ESTRATÉGIAS ANTIRRACISTAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAR PARA RESISTIR

*ANTIRACIST STRATEGIES FOR CHILDHOOD EDUCATION: EDUCATE TO RESIST*

*ESTRATEGIAS ANTIRRACISTAS PARA LA EDUCACIÓN INFANTIL: EDUCAR PARA  
RESISTIR*

Jhemylli Aline Santos<sup>1</sup>  
Maria Emília Rodrigues<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem como intuito estudar, por meio de revisão bibliográfica, estratégias antirracistas para serem aplicadas na educação infantil. A metodologia utilizada será qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos de variadas fontes, como livros, artigos, teses, dissertações e *sites* especializados. Ao longo da pesquisa e partindo do contexto histórico do racismo no Brasil, serão abordadas iniciativas que o corpo docente poderá tomar para garantir que a formação social e identitária dos alunos ocorra de maneira positiva, valorizando a diversidade ali presente. O objetivo é ressaltar a importância do uso de materiais didáticos atualizados e representativos, enfatizando a necessidade da construção de uma educação emancipatória e decolonial. A educação infantil é a primeira fase da educação básica e é a fase em que as crianças aprendem a reconhecerem a si e ao outro, além de reconhecerem-se como participantes de um grupo diverso, portanto, é essencial estabelecer uma educação antirracista neste período. As estratégias foram separadas por campos de experiências, como recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa aborda uma reflexão de práticas pedagógicas antirracistas, que devem ser utilizadas em sala de aula visando maior representatividade e valorização da cultura afro-brasileira por meio de atividades rotineiras da educação infantil. Existem várias ações que podem ser utilizadas em sala de aula para desmistificar os preconceitos enraizados historicamente, beneficiando não só os alunos, mas também a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** campos de experiências; educação antirracista; representatividade.

## Abstract

This article aims to study, through a literature review, anti-racist strategies to be applied in early childhood education. The methodology used will be qualitative, based on bibliographical surveys from various sources, such as books, articles, theses, dissertations, and specialized websites. Throughout the research and based on the historical context of racism in Brazil, initiatives that the teachers can take will be addressed to ensure that the social and identity formation of students occurs in a positive way, valuing the diversity present there. The objective is to highlight the importance of using updated and representative teaching materials, emphasizing the need to build an emancipatory and decolonial education. Early childhood education is the first phase of basic education and is the phase in which children learn to recognize themselves and others, in addition to recognizing themselves as participants in a diverse group, therefore, it is essential to establish anti-racist education during this period. The strategies were separated by fields of experience, as recommended by the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). The research addresses a reflection on anti-racist pedagogical practices, which should be used in the classroom with a view to greater representation and appreciation of Afro-Brazilian culture through routine activities in early childhood education. There are several actions that can be used in the classroom to demystify historically rooted prejudices, benefiting not Only the students, but also the Brazilian society.

**Keywords:** fields of experience; anti-racist education; representation.

## Resumen

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: jhemyllialine@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestra em Sociologia. Professora do Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: maria.rod@uninter.com.

Este artículo tiene como propósito estudiar, por medio de revisión bibliográfica, estrategias antirracistas para aplicarse en la educación infantil. La metodología utilizada será cualitativa, basada en recopilaciones bibliográficas de distintas fuentes, como libros, artículos, tesis y disertaciones y páginas web especializadas. A lo largo de la investigación y partiendo del contexto histórico del racismo en Brasil, se discutirán iniciativas que el cuerpo docente podrá tomar para garantizar que la formación social e identitaria de los alumnos ha de ocurrir de manera positiva, valorando la diversidad allí presente. El objetivo es resaltar la importancia del uso de materiales didácticos actualizados y representativos, enfatizando la necesidad de la construcción de una educación emancipatoria y decolonial. La educación infantil es la primera fase de la educación básica y es la fase en la que los niños aprenden a reconocer a sí mismos y a los otros, además de reconocerse como participantes de un grupo diverso, por lo tanto, es esencial establecer una educación antirracista en ese periodo. Las estrategias fueron separadas por campos de experiencias, como recomienda la Base Nacional Comum Curricular (BNCC). La investigación trata de una reflexión de prácticas pedagógicas antirracistas, que deben ser utilizadas en aula buscando mayor representatividad y valoración de la cultura afrobrasileña por medio de actividades rutineras de la educación infantil. Existen varias acciones que se puede utilizar en aula para desmitificar los prejuicios enraizados históricamente, beneficiando no solo los alumnos, sino la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** campos de experiencias; educación antirracista; representatividad.

## 1 Introdução

O acolhimento e a representatividade de crianças pretas e pardas na escola pública são importantes para a construção de um ambiente livre de racismo. A identidade da criança se constrói a partir das relações que ela estabelece com o meio social, e o ambiente escolar exerce um papel fundamental. De acordo com a pesquisadora Fabrícia Medeiros “o efeito dos preconceitos sofridos por uma criança interferem diretamente na sua formação identitária, em sua autoestima e conseqüentemente em sua aprendizagem e relações humanas que estabelecerá ao longo de sua vida” (Medeiros, 2020, p. 1).

Durante a minha trajetória escolar, pouco se via um protagonista de uma história, um artista, um pesquisador etc. serem pessoas pretas e pardas, geralmente só eram retratados de uma maneira pejorativa e só eram lembrados no cenário da escravidão. Discutir como as práticas pedagógicas e o contexto escolar afetam diretamente na valorização do protagonismo negro, na autoestima e na formação da identidade dessas crianças é de extrema relevância para que conheçam suas origens, se sintam acolhidas, representadas, empoderadas e convivam em um ambiente sem preconceitos.

Tendo isso em vista e, levando em consideração as especificidades da socialização da criança preta, serão discutidas ao longo do artigo iniciativas que o corpo escolar poderia tomar para que a formação social e identitária dos alunos ocorra de maneira positiva e valorizando a diversidade ali presente. O objetivo é ressaltar a importância do uso de materiais didáticos atualizados e representativos, analisar como a prática pedagógica pode afetar a autoestima e a aprendizagem desses alunos e verificar o Estado da Arte em relação à preparação das escolas (professores e funcionários) para trabalhar com essas crianças.

A escola possui papéis essenciais na formação dos alunos, sendo eles a democratização do conhecimento e a formação social. No Brasil, a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Brasil, 1996), mas geralmente ela só é lembrada em datas comemorativas e de maneira superficial. Assim, surge a necessidade de rever as práticas pedagógicas e a maneira como esse assunto é abordado diariamente, devendo, inclusive, ser pautado no planejamento do ano letivo das escolas.

Além de pensarmos na representatividade e construção da autoestima da criança negra, também devemos nos preocupar em como extinguir o racismo no ambiente escolar, que deveria ser um local de acolhimento e segurança, mas nem sempre é. Segundo Ana Cristina Juvenal da Cruz em entrevista concedida a Penina (2016), é na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo, “pesquisas apontam que piadas, brincadeiras, xingamentos e apelidos pejorativos de cunho racial são os casos de racismo mais presentes no ambiente escolar” (Penina, 2016, p. 1), e isso se reflete na sociedade em que vivemos. Dados do IBGE apontam que:

Pretos ou pardos são mais atingidos pela violência. Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios dos pretos ou pardos superou a dos brancos. A taxa de homicídios para pretos ou pardos de 15 a 29 anos chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 para brancos. Para os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa foi 185,0 (IBGE, 2019, p. 1).

Para Santos (2016), a educação antirracista ajuda na valorização da individualidade e da trajetória dos diferentes povos que formam um país, em vez de tomar a visão do colonizador como a dominante. O objetivo é promover o sentimento de pertencimento dos negros no espaço escolar.

É uma valorização da diversidade, daquilo que distingue os grupos raciais, mas não os hierarquiza... Uma Educação antirracista é aquela que entende que vivemos em uma sociedade racista, em que as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maior desigualdade (Santos, 2016, p. 1).

Assim, se evidencia a importância de utilizar estratégias antirracistas na educação infantil. Utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos, serão abordadas neste artigo propostas de atividades pedagógicas que podem ser aplicadas nos anos iniciais, auxiliando o docente a adotar uma abordagem antirracista na sua prática.

## 2 Metodologia

A metodologia utilizada será qualitativa, com base no levantamento bibliográfico de variadas fontes de informação, como livros, artigos, teses, dissertações e sites especializados. Serão analisadas e discutidas as teorias e pesquisas de autores que abordam o tema da educação antirracista.

Gil (2002) define pesquisa bibliográfica como aquela que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Além disso, o autor ressalta que, em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. É o caso deste artigo que necessita contextualizar historicamente o racismo no Brasil, para que desse modo, possa-se pensar em práticas para reparar erros históricos.

Para Ludke e André (1986), um processo essencial na pesquisa qualitativa é a observação, mas a compreensão de cada pesquisador depende de sua bagagem cultural, predileções, formação e grupo social no qual está inserido.

A observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens (Ludke; André, 1986, p. 26).

Portanto, por meio de experiências e conhecimentos pessoais o observador direciona a sua pesquisa com base na sua interpretação e compreensão do que está sendo estudado.

## 3 Histórico do racismo no Brasil

O racismo no Brasil é um problema histórico, proveniente da colonização portuguesa (1530 a 1822) que tinha como objetivo a expansão do comércio e do território, a busca por matéria-prima e mão de obra, e a propagação do catolicismo. Com a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, surge a necessidade de mão de obra para trabalhar nas províncias recém-dominadas e Portugal recorreu ao continente Africano, uma vez que pessoas pretas eram vistas, pelos colonizadores, como mercadoria por serem mais eficientes e mais baratas.

Esse processo ocorreu com povos de diversas etnias que eram vistos como inferiores, dada a dificuldade em escravizar povos nativos. Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei nº 3.353 (Brasil, 1888), conhecida como Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, no entanto a lei não oferecia nenhuma assistência aos escravizados. Por terem poucas opções, ou

nenhuma, os escravizados continuaram a trabalhar para os seus senhores para terem como sobreviver, e a outra parcela dos recém libertos passou a habitar a periferia e recorrer a subempregos.

Ao discutir o racismo no Brasil, é necessário compreender que esse é um problema estrutural, com resquícios da escravidão, proveniente de um sistema que impossibilitou o acesso aos direitos básicos à população preta.

Os negros nascidos fora do Brasil, embora libertos, não eram cidadãos. Ora, o africano, ao ser escravizado, não optava por seu destino. A constituição do Império de 1824 que negava a cidadania aos africanos, também estabelecia que a educação era um direito de todos os cidadãos, vetando o ingresso das pessoas pretas escravizadas nas escolas (Cabral, 1974, p. 70).

A libertação não trouxe garantias fundamentais aos libertos, como o ingresso no mercado de trabalho ou o direito à saúde, educação e moradia, sendo assim, esse histórico de país colonizado reflete-se no racismo estrutural presente na sociedade atual, considerando que racismo estrutural:

É um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas (Pinto, 2020, p. 1).

Andrade, Sandes e Oliveira (2021) defendem que todo o racismo é estrutural porque o racismo não é um ato, o racismo é um processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente. Esse processo pressupõe, também, que essa desigualdade orienta e conduz, até os dias de hoje, as relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país.

O cenário se evidencia por meio de alguns dados, como os do IBGE de 2020, mostrando que a extrema pobreza atingiu 7,4% dos pretos e pardos, enquanto a pobreza foi presente na vida de 31% desta população; já entre os brancos, esses indicadores marcaram 3,5% e 15,1%, respectivamente (IBGE, 2021). Na educação o cenário é parecido, já que de acordo com o instituto 57% das pessoas que concluíram o ensino médio eram brancas e somente 41,8% eram pretas e pardas. Esse número aumenta em uma análise de todas as etapas da educação básica, dentre as 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 10,1 milhões (20,2%) deixaram a escola, das quais 71,7% eram pretos ou pardos (IBGE, 2019).

Em 1996 foi aprovada a Lei nº 9.394, que prescreve em seu artigo 26º a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, nos níveis fundamental e médio, sendo modificada em 2003 pela Lei nº 10.639 que acrescenta os seguintes parágrafos:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Em 2008, a lei sofreu uma nova alteração decorrente da Lei nº 11.645, tornando obrigatório, além do ensino da história e cultura afro-brasileira, o estudo da cultura e história indígena (Brasil, 2008), sendo uma medida reparativa para todos os anos em que o ensino sobre esses povos foi negligenciado ou abordado superficialmente. Em 2012, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei nº 12.711 que dispõe em seu artigo 3º que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012).

As cotas raciais são ações afirmativas que visam inserir pessoas pretas e pardas na universidade e em cargos públicos, a fim de oferecer oportunidades para grupos minoritários que foram prejudicados historicamente e corrigir a desigualdade étnica e socioeconômica. Com a promulgação da Lei nº 12.711, segundo a reportagem escrita por Costa, veiculada no site Agência Brasil (2020), de acordo com os dados do IBGE, entre 2010 e 2019, o número de alunos pretos e pardos no ensino superior cresceu quase 400%, chegando a 38,15% do total de matriculados. Porcentagem abaixo de 56%, que representam o percentual de pretos e pardos na população brasileira, mas, ainda assim, apresentando grandes avanços durante o período que esteve em vigor. Isso mostra que é importante viabilizar a manutenção e a garantia desta lei para atingir a equidade racial nas universidades.

Considerando esses dados e o histórico do racismo no Brasil, é necessário afirmar o compromisso da escola com a comunidade e com os estudantes, para garantir que todos tenham o direito de aprender e ampliar o seu conhecimento e, também, para que tenham a possibilidade de se tornarem pessoas que não neguem a si mesmos, sua identidade e sua cultura, podendo se

enxergar na história como agente construtor da nação. Portanto, os professores e funcionários não devem apenas desenvolver uma proposta antirracista, mas devem ter uma formação de qualidade, para que com isso possam atrelar os materiais adequados com uma proposta pedagógica que seja de fato efetiva.

A educação e a prática pedagógica são práxis sociais, portanto “comprometem-se com um entendimento de sociedade, apoiam-se nitidamente em um entendimento de sujeitos aprendentes e, ao mesmo tempo, partem da realidade destes para se refazerem” (Sousa *et al.*, 2022). Partindo do contexto histórico do racismo no Brasil nota-se a necessidade da construção de uma educação emancipatória e decolonial, mas esse é um processo vagaroso e com vários estágios, sendo um deles a formação de professores na perspectiva antirracista e na desconstrução da educação colonialista. De acordo com Pimenta (1999), em relação à formação inicial, pesquisas apontam que os cursos de formação ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e estágios distantes da realidade escolar, focado apenas na parte burocrática, não deixa espaço para a reflexão da prática social de educar. No entanto, o profissional docente que não reflete sobre a sua prática e sobre o contexto escolar no qual o aluno está inserido dificilmente estará apto a modificar um protótipo acometido pelo racismo.

Ainda como prática social, a educação escolar precisa cumprir a função ressignificadora de si, de suas práticas para servir de espaço/tempo de construção de oportunidades para repensar a sociedade, para quebrar com as amarras sociais do imobilismo e para gestar a transformação social. Assim, precisamos contribuir com a mediação de saberes a serem construídos na vida concreta dos indivíduos, dos grupos e dos coletivos, dos movimentos sociais, igualmente como conhecimento escolar. A nosso ver, esse posicionamento se torna viável quando praticamos a visão de unidade entre teoria e prática na formação docente e, desse modo, poderemos pensar em uma Educação Antirracista (Sousa *et al.*, 2022, p. 10).

Portanto, para que a criança seja acolhida, é necessário o respeito a sua cultura e a sua imagem, mas, ao contrário, as crianças negras não recebem o mesmo acolhimento destinado às crianças brancas. Neste caso, é importante que o cuidar e o educar sejam pautados na formação de professores, para que sejam capazes de refletir sobre a sua prática, revendo comportamentos que possam ser racistas e deixando de reproduzir estereótipos do racismo estrutural.

### 3.1 Estratégias pedagógicas antirracistas na Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, fase essencial para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, tendo em vista que ela engloba aspectos emocionais, intelectuais, motores e sociais, além de ser determinante na construção de conceitos. Estabelecer uma educação antirracista nos primeiros anos escolares é essencial, visto que é

nesta fase que as crianças aprendem a reconhecer a si mesmos e aos outros como participantes de um grupo diverso. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil e dentre eles estão alguns preceitos essenciais na construção de uma educação antirracista, como:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2017, p. 40).

Ainda de acordo com a BNCC (2018, p. 27), para a primeira etapa da educação básica são recomendados alguns campos de experiência, nos quais as práticas ocorrem com intencionalidade, considerando que as crianças aprendem a partir de experiências diversificadas. São eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

### 3.1.1 Campos de experiências na Educação Antirracista: o eu, o outro e o nós

Por meio da interação social com os pais, familiares e outras crianças, a criança passa por experiências de identificação pessoal e percebe-se como um ser que tem seus próprios interesses, percepções e desejos. Dessa forma, reconhece o “eu” e, a partir disso, também considera o “outro”, que tem desejos e interesses, e toma consciência do “nós”, grupo plural que tem cultura e costumes semelhantes e diferentes dos seus. Dentro desse campo de experiência, França (2021) recomenda algumas atividades, sendo elas:

- explorar brinquedos, livros e imagens que expressem a variedade étnica, como bonecas e super-heróis negros;
- ter acesso a exemplos históricos positivos de origem étnica negra;
- participar de oficinas e projetos que valorizem traços étnicos da criança negra, como o cabelo crespo; fabricar Abayomis e bonecas de pano pretas;
- aprender sobre estética preta com turbantes e tranças;
- conhecer características de diferentes culturas e etnias de origem africana.

Além disso, nesse campo de experiência, é importante trabalhar a questão do autorretrato com o objetivo de provocar nas crianças a percepção de que somos uns diferentes

dos outros e enfatizar a necessidade de respeitar essas diferenças, sejam elas físicas, religiosas, sociais, culturais etc. O autorretrato também ajuda as crianças a definirem as suas identidades, possibilitando o reconhecimento das suas individualidades e características, e valorizando seu modo de ser e estar no mundo.

### 3.1.2 Corpo, gestos e movimentos

Segundo Bertoni (2021), as crianças usam o corpo, seus gestos e movimentos, sejam eles impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos, para explorar o mundo, o espaço e os objetos. Com o corpo também estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, o outro, o mundo e sobre o universo social e cultural. Movimentando-se, descobrem variados modos de ocupação e uso do espaço.

O ato de brincar, na Educação Infantil, contribui para que a criança se desenvolva em sua totalidade, englobando habilidades psicomotoras, físicas, emocionais, sociais, afetivas e cognitivas. Segundo Vygotsky (1998, p. 17 *apud* Pacheco; Cavalcante; Santiago, 2021, p. 3), "quando se brinca, o ser humano cria, inova, deixa fluir sua capacidade e liberdade de inventar novas maneiras para progredir e resolver problemas circunstanciais".

Vale enfatizar, que a aplicação de brincadeiras e jogos são práticas naturais da infância, que traz vantagens, pois é por meio da brincadeira que a criança experimenta seu corpo, sua imaginação e curiosidade, bem como, aprende a lidar com as diversas situações do mundo. A brincadeira é um elemento propulsor de desenvolvimento, já que o ato de brincar possibilita os recursos de aprender fazendo, sem imposição ou pressão, sem medo de errar, mas por prazer e interesse de poder conhecer (Andrade; Sandes; Oliveira, 2021, p. 1).

Atrelando a importância do brincar à necessidade de combater o racismo e valorizar a cultura afro-brasileira, podemos inserir brincadeiras e jogos de origem africana no cotidiano dessas crianças, o que provavelmente já ocorre, mas sem a contextualização da brincadeira. Paixão (2021) cita alguns exemplos de brincadeiras de origem africana, são elas:

- Amarelinha africana: uma brincadeira ritmada que teve origem em Moçambique. Segue uma constância de movimentos e acompanhamentos musicais que demarcam seu ritmo, sendo que o ritmo também pode ser marcado a partir de palmas ou de cantos realizados pelos participantes. Além de trabalhar habilidades psicomotoras da criança, como equilíbrio, motricidade, noção de espaço-tempo, dentre outras, também pode-se trabalhar os aspectos culturais que circundam esta brincadeira e ressaltar a origem e contexto histórico da brincadeira para que ela seja significativa

na aprendizagem dos alunos, sendo recomendada para os anos finais da educação infantil.

- Terra-mar: para iniciar, deve-se riscar uma longa reta no chão dividindo o lado da terra e o outro lado é o mar. Inicia com todas as crianças do lado terra. Ao falar "mar", todas saltam ao mesmo tempo para o lado mar. Ao falar terra, voltam para o lado terra. Continua assim, sucessivamente. Quem pular para o lado errado sai da brincadeira e o último a sair vence.
- Boca de forno: a brincadeira teve origem na Guiné. Nela uma criança é escolhida para ser o líder e as outras serão os seus liderados. A criança líder deverá fazer pedidos aos liderados, para buscarem objetos ou realizarem desafios. O liderado que não conseguir cumprir o que foi solicitado, deverá pagar uma prenda. Aqui no Brasil a brincadeira é conhecida como “Seu mestre mandou”.
- Bambolê: o brinquedo é utilizado para rolar em partes do próprio corpo, como a cintura, pescoço, braços etc. Há diversas possibilidades para este brinquedo, podendo ser usado por diversão ou como atividade esportiva. Ele trabalha a psicomotricidade das crianças.
- Escravos de Jó: essa brincadeira além de trabalhar lateralidade, agilidade, coordenação motora, ritmo e a concentração, também tem a parte da musicalização que torna a brincadeira ainda mais divertida para as crianças. Ela possui diversas variações, podendo ser realizada com algum objeto, com bambolês, cabos de vassoura, dentre outros, e podendo ser adaptada de acordo com a faixa-etária. Do jeito mais comum, será necessário formar uma roda e cada pessoa precisará de um objeto, ao iniciar a música o objeto deverá ser passado para o lado esquerdo seguindo o ritmo e os comandos da música.

Esses são alguns exemplos de brinquedos e brincadeiras de origem africana que podem ser realizadas em turmas de educação infantil, mas de maneira contextualizada para que se tornem significativas.

### 3.1.3 Traços, sons, cores e formas

Nesse contexto, é essencial que a criança tenha contato com a arte e cultura afro-brasileira e que ocorra o estímulo à expressão artística da criança, como cita a autora Bertoni:

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas locais e universais no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de

experiências diversificadas, vivência de formas diversas de expressão, de diferentes linguagens e de suas próprias produções artísticas, desenvolver o senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade (Bertoni, 2021. p. 1).

Segundo a BNCC (2017), a música inserida no ambiente escolar ativa também outras funções da criança, como linguagem, criatividade e raciocínio. Se for realizada em sala de forma prazerosa, cria um ambiente propício para várias aprendizagens. Portanto, ao trabalhar a educação antirracista dentro do campo de experiência “Traços, sons, cores e formas”, podemos utilizar instrumentos de origem africana e afro-brasileira, como: o atabaque, caxixi, tambores, berimbau, agogô, reco-reco, chocalho etc. Para o Referencial curricular nacional para a Educação Infantil (RCNEI) as atividades de artes visuais na educação infantil envolvem desenho, pintura, colagem, gravura, escultura etc. Para a valorização dessas artes e da cultura afro-brasileira podemos trabalhar elementos como artistas pretos, obras, movimentos artísticos, materiais utilizados, dentre outras possibilidades.

#### 3.1.4 Escuta, fala, pensamento e imaginação

Na Educação Infantil devemos apresentar aos alunos a magnitude da cultura afro-brasileira com o que é realmente significativo para a faixa etária. Por exemplo, a leitura de livros com protagonistas pretos, com princesas, príncipes, heróis e heroínas pretos e até com personagens comuns que possam promover a identificação e representatividade. Isso contribui para que as crianças brancas possam admirá-los também.

O livro *O Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França (2020), inspirado pelo clássico *O Pequeno Príncipe*, surgiu da necessidade de colocar uma criança preta como protagonista e da importância de valorizarmos quem somos e de onde viemos. No conto, o Pequeno Príncipe Preto vive em um minúsculo planeta com a sua única companheira, uma árvore Baobá, e quando chegam as ventanias ele viaja por diferentes planetas nos dando uma verdadeira lição sobre amor e empatia.

O Pequeno Príncipe Preto adora sua aparência e todos os aspectos físicos do seu corpo. Adora a cor da sua pele, destaca suas características com orgulho, dizendo que sua boca é grande e carnuda, que seu sorriso é lindo e tem um nariz de batata. Relata que seus olhos são da cor da noite, e que existem olhos claros, mas que prefere o dele, escuros, lindos como a noite. Fala também que seu cabelo é ruim, mas não faz mal pra ninguém. O menino curioso, aventureiro, busca respostas para seus questionamentos, principalmente em relação a ressignificação de valores, cativar o outro, autoamor e do autocuidado com o próximo (Ávila, 2020, p. 13).

Sendo assim, esta obra além de exaltar as características físicas da pessoa preta e valorizar um mundo diverso e pluralista, nos traz exemplificações positivas para as crianças da Educação Infantil.

O livro “Menina Bonita do Laço de Fita”, de Ana Maria Machado (1996), tem como personagem central uma menina preta e um coelho branquinho que possuía uma grande admiração pela beleza dela. A menina tinha olhos brilhantes que pareciam duas azeitonas pretas, pele escura e lustrosa, cabelos enroladinhos e bem negros, com laços de fitas coloridas para enfeitá-los. Por isso, o coelho sonhava em ter uma filha pretinha, tão linda quanto a menina e começou a questioná-la do que fazer para ficar da cor dela.

A menina por não saber o que responder inventou diversas histórias: disse que tomou muito café, caiu em um balde de tinta e que comeu muitas ameixas. O coelho por sua vez tentava todas as opções e não tinha sucesso. A menina, cansada, decidiu perguntar a sua mãe, que disse que isso era arte de sua avó que também era preta. Assim, ambos perceberam que eram semelhantes às suas famílias e que para ter uma filha pretinha o coelho precisaria casar-se com uma coelha da cor preta. Isso acontece, logo em seguida, e o coelho tem filhos de várias cores, inclusive a filha pretinha que encantava a todos por onde passava.

Essa história infantil é uma ótima forma de abordar temas ligados ao respeito e valorização da diferença, para o combate ao racismo na infância, visto que valoriza os traços, a cor e a ancestralidade da menina do laço de fita. Há um grande leque de possibilidades ao se trabalhar a literatura na educação infantil, os livros citados acima são apenas alguns exemplos dentre muitos materiais que podem ser utilizados como apoio na construção de uma educação antirracista na educação infantil.

### 3.1.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Nesse campo de experiências pode-se trabalhar a questão de território, o que costuma ser desafiador na educação infantil, exigindo uma abordagem mais lúdica e concreta. Em uma proposta antirracista, os professores podem, junto aos alunos:

Identificar e demarcar eventuais territórios com tais ancestralidades na rua, no bairro ou na cidade pode, por exemplo, contribuir para que ela reconheça a presença desses grupos em seu contexto e estabeleça com eles uma relação fluida e desmistificada (Schneider; Schneider, 2021, p. 112).

Além disso, ao realizar contações de história, o professor pode comentar sobre o local em que o personagem está inserido, contextualizando o território em que ocorre a narrativa.

Esses são apenas alguns exemplos de diversas práticas pedagógicas antirracistas que podem ser aplicadas em turmas de educação infantil. O intuito é valorizar e respeitar a cultura afro-brasileira, promover a identificação e a representatividade e desmistificar o preconceito enraizado historicamente, beneficiando tanto os alunos como a sociedade e as gerações futuras.

#### **4 Considerações finais**

O presente artigo abordou a temática “Estratégias Antirracistas para a Educação Infantil” buscando apresentar uma perspectiva antirracista para as práticas pedagógicas nos anos iniciais da educação básica. O histórico do racismo no Brasil inicia-se no período da escravidão, quando o país foi invadido e colonizado por portugueses, tornando-se um problema estrutural que impossibilitou o acesso aos direitos básicos, como a educação, à população preta. Progressivamente surgiram leis com o intuito de restabelecer a valorização da cultura afro-brasileira e corrigir a imagem pejorativa que foi atribuída a pessoas pretas, que durante muito tempo foram retratadas em livros somente como escravizados. Portanto estas leis não se tornam efetivas se não forem atreladas a estratégias antirracistas significativas nas escolas.

Levando em conta os fatos mencionados, é necessário afirmar o compromisso que a escola tem com a comunidade e com os estudantes: para garantir que todos tenham o direito de aprender e ampliar o seu conhecimento e para que tenham a possibilidade de se tornarem pessoas que não neguem a si mesmos, sua identidade e sua cultura. Dessa forma, buscar por ações antirracistas na educação infantil é assumir uma postura reparadora e de desconstrução, que trará benefícios a atual geração e às gerações futuras. Na educação infantil é quando as crianças se conscientizam que fazem parte de um grupo diverso, portanto nesta fase é indispensável que aprendam a respeitar o que é diferente do habitual e que entendam sobre a sua ancestralidade.

Trabalhar sobre a cultura afro-brasileira usando a literatura, musicalização, artesanato, danças, jogos e brincadeiras é uma forma lúdica de promover a representatividade, aumentando a autoestima de crianças pretas e fazendo com que se sintam acolhidas. É também um jeito de extinguir o preconceito racial que permeia as escolas, e conseqüentemente, a sociedade. Como a Educação Antirracista ainda é um tema contemporâneo e que não recebe o destaque necessário, a pesquisa possui uma possibilidade de ampliação, considerando que existem incontáveis estratégias que podem ser aplicadas em sala de aula. Isso contribuirá para que cada vez mais o estereótipo racista seja desconstruído e para que a educação seja finalmente descolonizada.

## Referências

ANDRADE, T. O.; SANDES, C. A.; OLIVEIRA, R. P. V. O. Contextos lúdicos: o sentido real de aprender brincando. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/contextos-ludicos-o-sentido-real-de-aprender-brincando>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ÁVILA, L. T. C. de. **O Pequeno Príncipe Preto: Contribuição Da Literatura Infantil Para a Educação Antirracista**. 2020. p. 1-24. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - português) — Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1888.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, P. E. O negro e a constituição de 1824. **Revista de informação legislativa**, v. 11, n. 41, p. 69-74, jan./mar. 1974. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180818>. Acesso em: 11 abr. 2023.

COSTA, G. Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual. **Agência Brasil**, Brasília, novembro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FRANÇA, D. O Brincar do Quintal e do Terreiro: Possibilidades da BNCC para a EREER na educação infantil. **Periferia**, v. 13, n. 3, p. 140-154, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/63316/41643>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FRANÇA, R. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

IBGE. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas a desigualdade em relação aos brancos permanece. **Agência IBGE notícias**, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece.html>. Acesso em: 25 maio 2023.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza. **Agência IBGE notícias**, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 11 out. 2023.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. M. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática, 1996.

MEDEIROS, F. Boas práticas pedagógicas podem melhorar a autoestima de crianças negras. **Universidade Federal da Paraíba**, fev. 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/boas-praticas-pedagogicas-podem-melhorar-autoestima-de-criancas-negras-diz-pesquisadora-da-ufpb>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PACHECO, M. A. L.; CAVALCANTE, P. V.; SANTIAGO, R. G. F. P. A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PAIXÃO, A. **Brinquedos e brincadeiras: Uma influência de África em nosso cotidiano**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

PENINA, M. É na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo. Entrevistado: Ana Cristina Juvenal da Cruz. **Lunetas**, novembro, 2016. Disponível em: <https://lunetas.com.br/e-na-escola-que-acontecem-as-primeiras-experiencias-de-racismo/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 15-34.

PINTO, W. Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. **Central Única dos Trabalhadores**, nov. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>. Acesso em: 29 maio 2023.

SCHNEIDER, F. C.; SCHNEIDER, C. C. **Escola para Todos: promovendo uma educação antirracista – Planos de aula comentados**. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2021.

Disponível em: [https://fundacaotelefonicaativo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/FL\\_0032\\_21%20ESCOLAS\\_CONECTADAS%20Interativo%20Alta.pdf](https://fundacaotelefonicaativo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/FL_0032_21%20ESCOLAS_CONECTADAS%20Interativo%20Alta.pdf). Acesso em: 21 jun. 2023.

SOUSA, F. R. S.; SOUSA, L. S.; CARVALHO, H. de S.; SILVEIRA, F. M. da. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19366>. Acesso em: 17 jul. 2023.